

Natureza e identidade: o caso brasileiro

Lucia Lippi Oliveira *

Resumo

O objetivo deste texto é apresentar o significado da natureza na construção da identidade no Brasil e nas políticas do Estado brasileiro durante os séculos XIX e XX. A *Terra Brasilis* foi reconhecida e narrada por franceses, russos austríacos, entre outros que por aqui passaram em viagens científicas, diplomáticas e comerciais. Foram os textos e as iconografias produzidas pelos viajantes que forneceram algumas matrizes da nacionalidade, entre elas a dos trópicos.

O mito do “gigante pela própria natureza” tem sido a mais forte matriz para interpretar o Brasil. Foi ele que definiu a atuação do Estado como guardião do território e como responsável pela integração dos espaços e das populações.

O trópico – principalmente a Amazônia - continua a ser uma questão global e nacional no caso brasileiro. A natureza tropical é tomada como singularidade planetária primeiro pelo olhar dos cientistas, ambientalistas, acadêmicos dos países avançados ou ricos. Como fazer sua migração para o pensamento brasileiro e incorporar isto na identidade nacional? Palavras-chave: **natureza tropical; identidade nacional; viajantes; grandeza territorial; Amazônia.**

* Doutora em sociologia pela USP é atualmente pesquisadora associada e professora do CPDOC/FGV-RJ. Realizou pesquisa sobre o papel da fronteira na construção da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos e estudou as relações entre a cultura nacional e a cultura dos imigrantes. Dedicou-se a desenvolver projetos sobre patrimônio, urbanismo, cultura e identidade regional. Foi bolsista da CAPES/Fulbright para pós-doutoramento na Brown University (1993-1994), co-editora da revista Estudos Históricos do CPDOC e tem bolsa de pesquisa do CNPq. Entre suas publicações vale mencionar: *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. (Org). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV/CNPq, 2002. “Cultura e identidade nacional no Brasil do século XX”. In: Gomes, A. C.; Pandolfi, D.; Alberti, V. (orgs.) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 338- 369. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 (Coleção Descobrimdo o Brasil). *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil nos Estados Unidos*. Belo-Horizonte: UFMG, 2000.

Abstract

Nature and identity: the Brazilian case

The goal of this text is to present and explore the meaning of nature in the construction of Brazil's national identity. *Terra Brasilis*, as Brazilian territory is labeled in old maps, was explored and brought to life in the narrations fabricated by the French, Russians, Austrians, among others who also dropped by for scientific, diplomatic, and commercial expeditions. The texts and iconography by the travelers helped create some of the main ideas shaping nationality, including the idea of the tropics.

The myth of “a giant by its own nature” has indeed been the most alluded to interpretational matrix in discussions and reflections concerning Brazil. It has decisively shaped the government's role as territorial guardian and as responsible for integration of spaces and populations.

The notion of the tropics – mainly the Amazon - is still a global and national issue in the case of Brazil. The tropical nature is seen as a planetary singularity first through the eyes of scientists, environmentalists and scholars from rich or developed countries. How can it migrate to Brazilian thinking and be incorporated into national identity?

Key words: **Tropical nature; national identity; voyagers; territorial greatness; Amazon**

Para começar a tratar do tema, gostaria de mencionar uma frase do hino nacional brasileiro. Ela se refere ao país como “gigante pela própria natureza” e expressa uma antiga e constante ideia sobre o Brasil que pretendo desenvolver aqui.

O objetivo deste texto é apresentar e explorar o significado da natureza na construção da identidade nacional brasileira. Será apontada a importância da natureza no imaginário sobre o Novo Mundo: a natureza como diferencial da nação brasileira frente à matriz portuguesa e aos argumentos geográficos e territoriais disponíveis nas interpretações do Brasil e nas políticas do Estado brasileiro durante os séculos XIX e XX. Procurarei ao longo do texto desnaturalizar a natureza, ou seja, mencionar cientistas, literatos, geógrafos e historiadores que fizeram uso e divulgaram tal versão da identidade nacional brasileira.

Explorei questão similar em pesquisa realizada anteriormente, na qual procurei uma comparação entre a construção da identidade no Brasil e nos Estados Unidos da América, também informada pela importância do espaço territorial como elemento constitutivo da construção de identidade nacional. Minha hipótese de investigação era a de que, nesses dois países, a geografia teria fornecido o mais forte embasamento para o êxito das suas identidades nacionais.

É preciso lembrar que abordar questões relacionadas à construção de identidades nacionais não fazia parte dos temas relevantes entre os anos 1960 e os anos 1980. Eram consideradas pertinentes apenas nos países pobres, do Terceiro Mundo, também chamados de subdesenvolvidos. Dos anos 1980 até hoje, os campos da literatura, da história, da antropologia e da sociologia foram gradativamente incorporando ou retornando ao estudo de identidades nacionais.

É possível afirmar que alguns marcos foram decisivos para que o tema da nação ganhasse maior relevância. Podemos considerar que isto se deveu às comemorações do bi-centenário da Revolução Francesa, abrindo espaço para a produção de historiadores e cientistas sociais. Os quatro volumes do livro *Lugares de memória* (1984), organizado por Pierre Nora, certamente alteraram o quadro. Os estudos publicados se dedicaram ao processo de construção do Estado-nacional francês prestando atenção ao culto dos heróis, aos manuais de história da França dedicados às crianças, aos guias de viagem e aos empreendimentos relacionados à invenção do patrimônio. Festas, monumentos, comemorações, dicionários e museus mereceram análise enquanto formas e rituais capazes de garantir a sobrevivência dos fragmentos da memória nacional francesa.

Tais estudos abriram caminho ou foram concomitantes a outras pesquisas e obras que passaram a estudar o processo de formação de Estados nacionais. Podemos citar como exemplos os dois livros do historiador inglês Eric Hobsbawm – *Nações e Nacionalismo desde 1780* (1990) e *A invenção das tradições* (1983), organizado por ele e por Terence Ranger, assim como o livro *Comunidades Imaginadas* (1983), de Benedict Anderson. Tais livros foram traduzidos para o português e tiveram muita aceitação entre professores e estudantes universitários no Brasil. Assim, o tema da nação passou a integrar o cardápio de opções válidas de pesquisa.

Hoje as questões relativas à construção de identidades estão na ordem do dia. Perguntar como se trabalha com a construção da identidade e da alteridade volta a ser tema central em diversos campos disciplinares e em muitos espaços políticos, até mesmo no espaço das nações da União Europeia. Os temas das migrações contemporâneas e as ameaças às identidades nacionais reaparecem com forte impacto, haja vista a avalanche de imigrantes que altera, “desorganiza” as “comunidades imaginadas” anteriores.

As viagens

Um caminho para se compreender a construção de alteridades e identidades é acompanhar a versão produzida por europeus que viajaram pelo mundo e que escreveram textos literários ou ensaísticos sobre o que viram. O relato dos viajantes conferiu ao espaço e à natureza um papel central no imaginário sobre o Brasil.

Viagens já fizeram parte, durante os séculos XVIII e XIX, da formação e do amadurecimento da sensibilidade, ou seja, do conhecimento do mundo e do autoconhecimento. A viagem permite ao viajante mensurar os espaços, ampliar em extensão os limites do conhecido, criar condições para que seja possível estabelecer paralelismos e comparações. O conhecimento adquirido pela viagem como que confere autoridade especial ao discurso. As emoções – positivas e negativas – que envolvem o ato de viajar também foram analisadas pelo filósofo Alain de Botton (2000). Vale lembrar, como diz o historiador da antropologia James Clifford (1997), as pessoas, tanto quanto as ideias, viajam, migram e se alteram.

O olhar europeu

Como se construiu uma identidade relacionada a um lugar chamado Brasil? Tal construção, sabemos, ocorreu mediada pelo olhar dos europeus.

A cada dia se torna mais reconhecida a importância da viagem e dos textos de Alexandre Von Humboldt na reinvenção da América, como diz a historiadora Mary Louisa Pratt, entre outros. Ainda que não tenha visitado a colônia portuguesa, sua descrição da natureza encontrada na América do Sul foi fundamental tanto para o europeu, quanto para a elite americana.

Após a transferência da Corte portuguesa para a colônia fugindo das tropas de Napoleão, em 1808, a Coroa autorizou diversas expedições para o reconhecimento do território e para atrair a simpatia das nações europeias. As expedições austríacas de Karl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix (1817-1839), francesa de Auguste de Saint-Hilaire (1816-1822) e russa de G. I. Langsdorff (1821-1829) deixaram vasto testemunho dos bens naturais. Von Martius organizou após seu retorno à Europa a obra *Flora Brasiliensis*, em 40 volumes sobre as plantas do Brasil. Auguste de Saint-Hilaire e Ferdinand Denis foram os principais viajantes franceses que apresentaram o Brasil, não só aos estrangeiros, mas também aos brasileiros. Ferdinand Denis teve papel fundamental na separação entre as literaturas portuguesa e brasileira, defendendo o aproveitamento do que era singular ao Brasil – sua natureza e seus habitantes originais.

A expedição Langsdorff, que percorreu o Brasil durante oito anos (1821-1829), viajou do Rio de Janeiro ao Pará e catalogou plantas, animais e etnias indígenas encontradas ao longo do percurso. Deixou anotações escritas, diários, desenhos, aquarelas, registros cartográficos e espécies coletadas. Entre os artistas que participaram em diferentes momentos da expedição está Johann Moritz Rugendas, que publicou após retornar à Europa cem gravuras em seu livro *Voyage Pittoresque au Brésil*, com apoio do naturalista Alexander von Humboldt. Outro artista que integra a expedição é Aimé-Adrien Taunay, filho de Nicolas-Antoine Taunay, membro da Missão Artística Francesa que chegou ao Brasil em 1816. Ele participou da expedição após a saída de Rugendas, produziu desenhos dos índios Bororo e morreu afogado durante a viagem. Por fim, vale mencionar o papel de Hercules Florence ao catalogar as obras de Rugendas e de Taunay, tornando-as conhecidas. A produção oficial da expedição – as espécies, relatórios, desenhos e aquarelas – ficou desaparecida na Rússia até 1930, quando foi encontrada nos porões do Museu do Jardim Botânico de São Petersburgo.

A versão produzida por naturalistas, artistas e pintores estrangeiros que visitaram o Brasil durante o século XIX oferece um interessante caminho para analisar a construção de alteridades e identidades. A *Terra Brasilis* foi reconhecida e narrada por franceses, russos, austríacos, entre outros que por aqui passaram em viagens científicas, diplomáticas e comerciais. Foram os textos e as iconografias produzidas pelos viajantes sobre a colônia portuguesa e sobre o Brasil independente que forneceram algumas matrizes da nacionalidade, entre elas a dos trópicos. O encantamento, o deslumbramento e o estranhamento estão presentes no registro da flora e da fauna tropicais, como mostram os trabalhos de diversos autores, como Ana Maria Belluzzo e Lorelai Kury.

Da literatura de viagens do século XIX ficou um imaginário sobre os trópicos, entendido como natureza marcada por calor e umidade. Este ambiente favorece o crescimento de plantas exóticas que passaram a fazer parte do acervo dos Jardins Botânicos mais importantes do mundo desde então.

O espaço da natureza que configura e que consolida a especificidade da nação mereceu a atenção, como já mencionamos, dos viajantes estrangeiros e também dos brasileiros durante todo o século XIX. Igualmente, esteve presente na agenda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (criado em 1838), importante instituição encarregada de pensar a nova nação. Durante o século XIX, deu-se uma troca de informações e de concepções do mundo entre Europa e América. Para as elites americanas, as viagens de formação à Europa eram empreendidas para garantir o convívio com as fontes do saber ocidental.

A ambivalência do europeu perante o mundo selvagem e a realidade exótica passou para os nacionais, que passaram a partilhar com velho mundo a crença no malefício da umidade e do calor sobre o homem americano. Assim, o atraso passou a ser interpretado como decorrência do clima. As viagens e os códigos de leituras sobre as demais culturas foram então marcadas pela visão exótica, ou seja, por um olhar de fora, bebido nas viagens de formação e em seus relatos, como mostra Edward Said em seu livro *Orientalismo* (1989).

A definição do Brasil como espaço da natureza é o que diferenciou a literatura brasileira da portuguesa. O espaço da natureza e sua singularidade seriam o mote do romantismo no Brasil. O movimento romântico brasileiro é tributário desta orientação, haja vista a poesia “Canção do exílio”, escrita em Portugal por Gonçalves Dias, que é considerada a fundação mítica da nacionalidade:

“Minha terra tem palmeiras,
onde canta o sabiá
As aves que aqui gorjeiam
não gorjeiam como lá”

O ufanismo

A matriz de construção de uma identidade nacional brasileira, de grande sucesso em pensar a especificidade e a diferença no Brasil além de, ao mesmo tempo, confirmar seu futuro grandioso, foi atualizada em 1900 por um livro escrito para crianças por Afonso Celso, chamado *Porque me ufano do meu país*. Ali são reconhecidas as questões da natureza, do espaço territorial, da beleza natural, da ausência de calamidades climáticas dentre as mais importantes razões do orgulho nacional. A partir dele, passou-se a chamar “ufanismo, um tipo de orgulho nacional que toma como base as condições geográficas a natureza.

As imagens da enormidade do nosso território (do Oiapoque ao Chuí) e da exuberância de nossas matas, foram e são uma constante. Basta lembrar que durante as eleições presidenciais de 2010, na primeira propaganda apresentada na televisão, a candidata oficial Dilma Rousseff foi mostrada no arroio Chuí e o presidente Lula no Oiapoque, os pontos extremos e limítrofes do território nacional. As crianças aprendem no curso primário sobre o verde de nossas matas e o dourado do nosso ouro, simbolizados pelo verde e amarelo de nossa bandeira. A enormidade do território e a exuberância das matas compõem o imaginário nacional, para além da forma como exploramos tais recursos. Porém, seguindo o padrão do século XIX e XX, ser civilizado, ser desenvolvido, significava que a civilização deveria vencer a natureza.

A “comunidade inventada”, na acepção de Benedict Anderson, no caso brasileiro invocou tradições (reais ou inventadas) para consolidar seu fundamento “naturais”.

Anderson, na segunda edição de seu já clássico livro, traz um novo capítulo em que ressalta a importância de três instituições no processo de construção dos Estados nacionais. São elas: o mapa, o censo e o museu. Os fundamentos naturais, expressos principalmente nos mapas, conferem legitimidade aos Estados Nacionais e se apresentam como eixo central do processo histórico de sua consolidação. Consolidar território, fronteiras naturais ou culturais, ocupar espaços vazios, tudo isto constitui eixo central da relação entre tempo e espaço, entre história e geografia, entre imaginário e realidade.

Paraíso ou inferno

A versão da nação e de sua herança como advindas primordialmente da natureza produziu pelo menos duas perspectivas: a da natureza paradisíaca – paraíso que encanta ou natureza ameaçadora –, como está mencionado na obra *Visões do paraíso. os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil* (1959) de Sérgio Buarque de Holanda, e aquela que amolece os costumes, tornando difícil o árduo trabalho da civilização. Os trópicos, na segunda versão, foram associados a uma forma de viver marcada pela preguiça, pela sexualidade excessiva, e até pela tristeza, como aparece no livro de *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado. O tema também se faz presente no livro *Tristes Trópicos* (1955), de Claude Lévi-Strauss, ainda que neste caso seja mais um lamento pelo que os trópicos já tinham perdido a confrontar a tradição da narrativa francesa e a realidade que ele encontra em sua viagem ao Brasil.

A historiografia confirma a importância da natureza

Se durante o século XIX o Império garantiu a unidade nacional e fronteiras nacionais, no século XX, já sob o regime republicano, os viajantes brasileiros que avançaram sobre os desconhecidos sertões da terra reconheceram a imensidão do território e o abandono de suas populações (LIMA, 1990). Reconhecer o desamparo de tais populações, entretanto, não invalidava a força da visão espacial do país.

Configurou-se uma identidade nacional que toma argumentos geográficos, territoriais, como centrais e que integra o imaginário nacional. Isto se faz presente em trabalhos e livros de historiadores como Capistrano de Abreu em *Capítulos da história colonial* (1907), ou em livros fundamentais da cultura nacional como *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha. Continuará a se fazer presente em obras voltadas à explicação do Brasil mesmo em épocas mais recentes, como em Celso Furtado, na *Formação Econômica do Brasil* (1959), em que cada ciclo econômico se passa em um distinto espaço geográfico do país. Estes exemplos servem para confirmar como no Brasil a nação foi pensada como espaço territorial, como natureza, cabendo ao Estado a responsabilidade por garantir as fronteiras nacionais, mapear as riquezas e fomentar sua ocupação, assim como zelar pela manutenção da unidade entre diferentes áreas isoladas e, mais tarde, pela integração entre tais áreas no todo nacional.

A natureza como bem ilimitado...

A relevância, abrangência e permanência do tema, entretanto, não significa que tenhamos cuidado bem da natureza. Ela não era considerada um bem escasso, assim, pode-se explorá-la à vontade. Em relação à exploração da natureza, é possível mencionar duas experiências opostas. De um lado, a Mata Atlântica, destruída no século XIX para a cultura do café. Dela sobrou muito pouco, basta viajar de carro entre o Rio e São Paulo. O rastro que ficou são morros e morros cobertos por capim baixo. Por outro lado, foi também no território da Corte que se deu a experiência pouco conhecida, mas extremamente

importante, do replantio das matas que compõem a floresta da Tijuca, uma das poucas florestas urbanas do mundo (Drummond, 1988).

Concordando que um dos mitos fundadores mais importante no Brasil seja este –ao papel da natureza tropical - a pergunta a ser respondida, o enigma a ser decifrado, é como foi e como é possível que ele consiga se atualizar e permanecer forte, fornecendo sentimentos de identidade durante tanto tempo? Como, de que maneira, quem, através de que instituições isto foi possível?

A força deste mito não é reconhecida positivamente por todos. Ao contrário, recebe críticas, principalmente de muitos acadêmicos. A preponderância do papel da natureza na formação brasileira traz como correlação a equação: natureza maravilhosa, civilização precária!

Se a natureza oferecia motivos de orgulho, a sociedade era incivilizada, escravagista, mestiça. A mestiçagem foi considerada pelos padrões científicos do século XIX e início do XX como problema quase insuperável, já que as raças eram diferentes e umas inferiores em relação às outras, o que desvalorizava a mestiçagem. Foi ao longo do século XX que no Brasil se construiu outro dos mitos nacionais - o da mestiçagem como motivo de orgulho nacional. Este tema também tem sua história e enfrenta reconstruções nos tempos atuais, o que não será tratado neste estudo.

Integração nacional como política de Estado

A natureza, o trópico produziu um imaginário sobre o país, como estamos apresentando, e também efeitos práticos em termos de ações políticas do Estado. A política do Estado teve como metas fundamentais garantir não só a unidade do imenso território, mas sua ocupação pelo menos dos anos 1930 até o fim do século.

A grandeza territorial se acoplou à crítica do abandono das populações que, isoladas, abandonadas, não se integravam no todo nacional. A análise do país como composto por ilhas, como arquipélago, foi responsável por políticas que se voltaram preponderantemente para a sua interligação. A política do Estado brasileiro durante o século XX se voltou para buscar a integração no sentido de unificar tais ilhas, tais espaços, através dos meios de comunicação.

O mito do “gigante pela própria natureza” tem sido mesmo a mais forte matriz para interpretar o Brasil. Foi ele que definiu a atuação do Estado como guardião do território e como responsável por conectar as diversas ilhas entre si. O gigantismo do território permitiu que as populações desassistidas, empobrecidas, os excedentes populacionais migrassem para novas terras. As migrações para a região Sul – mais industrializada e urbanizada –, e também para outras regiões desabitadas do Centro-Oeste do país exemplificam tal mobilidade. A construção da nova capital, Brasília, em 1960, favoreceu tal movimento. A última fronteira interna está sendo ocupada por correntes migratórias que chegam às bordas da Amazônia, vindas do estado do Mato Grosso e do Pará. Foram e são ocupadas por lavas de gaúchos que subiram do Sul para o Centro-Oeste e chegaram ao Norte do país.

Diferentes exemplos ajudam a pensar como a natureza e seu campo disciplinar preferencial – a geografia – foram e são fundamentais no processo de construção da identidade

nacional no Brasil. A importância do espaço na consolidação dos Estados Nacionais vem merecendo estudos relevantes por parte dos geógrafos, que passaram a analisar o pensamento geográfico ao longo da história do Brasil.

A Amazônia ontem e hoje

A imagem do país como paraíso ou inferno tropical se atualiza no fim do século XX, com a questão global e regional representada pela Amazônia. Está entre os temas mais estudados e presentes em debates científicos, acadêmicos e políticos. O mais recente exemplo desta matriz de atuação do Estado brasileiro foi a ação do governo militar nos anos 1970 na Amazônia. Isto, é importante lembrar, se dá em uma conjuntura de globalização na qual o tema da ecologia ganha nova dimensão.

Para falar sobre o assunto nos limites desta apresentação, vou tomar as reflexões da geógrafa Bertha Becker, do cientista político José Augusto Pádua e do historiador e ambientalista José Augusto Drummond para situar o debate.

É preciso lembrar que, até 1970, a Amazônia só havia perdido 1% de sua natureza 99% de sua área continuava intacta. Isto se explica, segundo Pádua, já que o padrão tecnológico colonial não favorecia a penetração nos rios da Amazônia. Até o fim do século XIX, não havia atrativo suficiente para empreender esta colonização. Mesmo com a economia da borracha, no início do século XX, pouco se alterou já que a extração do látex da seringueira pressupunha a manutenção da árvore.

A atuação do Estado na região Amazônia nos anos 1970, durante a ditadura militar, se deu dentro de uma visão geopolítica, já que não havia necessidade econômica para tal empreendimento. A decisão de ocupar espaços vazios e levar brasileiros para lá foi guiada por temores de internacionalização da região. A Amazônia era um enorme espaço verde a ser convertido em vida social. A civilização deveria vencer aquele obstáculo. Assim foram abertas estradas (a Belém-Brasília, a Transamazônica), canalizou-se população para povoar a região, abriu-se a região para a mineração (Serra Pelada), para criação do gado, para a criação de um polo de industrialização (Zona Franca de Manaus). O crescimento econômico era visto como linear e infinito, baseado na contínua incorporação de terras e de recursos naturais também percebidos como ilimitados. A Amazônia foi assim sendo destruída por um padrão antigo de desenvolvimento e se torna então “região de fronteira” e, como tal, concentra extrema violência e anomia.

A percepção recente sobre a grande riqueza biológica e ecológica das “florestas tropicais úmidas” transformou a visão sobre a região. Na Amazônia, o perigo de extinção foi identificado primeiro por cientistas dos países desenvolvidos; depois chegaram os ativistas, as ONGs e por fim os governantes de países.

O tema da biodiversidade nasceu global. A riqueza da biodiversidade e os riscos de seu desaparecimento são igualmente globais. E a luta pela salvaguarda da biodiversidade, pelo desenvolvimento autossustentável, tem implicações para a soberania nacional e para as relações internacionais.

Agora cuidar da natureza é visto como missão civilizatória e como questão de sobrevivência do planeta. Assim, a Amazônia passa a ser vista como unidade de conservação sob a responsabilidade global comum. Os elementos fundamentais da natureza – ar, água, biodiversidade – passam a ser pensados também como mercadorias especiais. E merecem a atenção dos países e de organizações ambientalistas do mundo. É possível ver que questões relativas à certificação do carbono, da água e da biodiversidade se fazem presentes mesmo em cursos de treinamento para empresários.

Os atributos naturais da região tropical são novamente destacados de forma positiva. A floresta amazônica ocupa 7% da superfície da Terra e tem 60% de todas as espécies vivas. O planeta tem menos de 3% de águas doces e 70 % delas são geleiras. Deste total de 3%, a Amazônia concentra 20% da água doce do planeta. Ainda que tais valores mudem, dependendo da fonte consultada é sempre presente a grandiosidade.

A Amazônia brasileira hoje assiste a migrações provenientes de outras regiões do país. Tem uma fronteira agrícola vinda do Centro-Oeste, gerando um uso produtivo da terra (não mais “fundo territorial”). Tudo isto produz o chamado “arco do desmatamento”, vindo do norte do Mato Grosso e do sudoeste do Pará. Na fase atual, está sendo construída a Transcontinental, rodovia que ligará o Brasil ao oceano Pacífico, passando pela Amazônia e pelos Andes peruanos, para exportação da soja brasileira para a China.

Os projetos relativos ao que fazer na região não se esgotam em destruição ou congelamento. Fala-se em uma terceira via, com ocupação e exploração segundo novos padrões baseados na compreensão de que a floresta vale mais do que as árvores. O Brasil conseguiu realizar algumas revoluções tecnológicas, como a que envolveu retirar petróleo de águas profundas e a alteração da qualidade do solo no cerrado, tornando-o celeiro do mundo. Agora, o país precisa dar um passo a frente para responder ao desafio de harmonizar políticas públicas, interesses de atores envolvidos e pressão da comunidade internacional ligada à agenda ambientalista.

A complexidade dos desafios é enorme e não é possível explorar aqui todas as vertentes e conflitos envolvidos.

Para finalizar, é importante reforçar como o trópico continua a ser uma questão global e nacional no caso brasileiro. A natureza tropical foi tomada como singularidade nacional primeiro pelo olhar europeu, e depois foi incorporada como mito nacional. Agora o processo se repete: a natureza tropical é tomada como singularidade planetária primeiro pelo olhar dos cientistas, ambientalistas, acadêmicos e sociólogos dos países avançados ou ricos. Como fazer a sua migração para o pensamento brasileiro e incorporar isto na identidade nacional?

No momento em que estamos chegando ao banquete dos desenvolvidos, crescemos, nos desenvolvemos, nos globalizamos, podemos perguntar: os motivos de orgulho nacional ainda continuarão sendo construídos sobre a natureza? E mesmo perguntar: a questão nacional continuará a ter a mesma relevância? A questão ecológica e o desenvolvimento autossustentado são questões globais e aparecem como pauta do século XXI, desafiando

as políticas e as sociedades nacionais. Como isto se apresenta para uma nação que tem no “gigante pela própria natureza” seu mais forte mito de identidade?

Por fim, cabe ainda perguntar: é possível escapar da questão da identidade nacional no século XXI? As elites globalizadas, assim como as populações das megacidades ainda se autorrepresentam como nacionais? A economia e a cultura de massas funcionam em termos planetários, entretanto, a política ainda ficará presa ao conceito de soberania – domínio sobre um território e sua população? É possível uma soberania sem territorialidade?

Recebido em 06 de novembro de 2011.

Aprovado para publicação em 29 de dezembro de 2011.

Bibliografia

- APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 49, novembro 1997, p. 33-46.
- BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, vol. 19, nº 53, 2005, p. 71-86.
- BELLUZZO, Ana Maria. **O Brasil dos viajantes**. Rio de Janeiro: Metalivos/Objetiva, 2000.
- BOTTON, Alain de. **A arte de viajar**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003. [The Art of Travel, 2000].
- CLIFFORD, James. **Routes: travel and translation in the late twentieth century**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- DRUMMOND, José Augusto. Recursos naturais, meio ambiente e desenvolvimento na Amazônia brasileira: um debate multidimensional [Natural resources, the environment, and development of Brazilian Amazon: a multi-dimensional debate]. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, supl., Visões da Amazônia, vol. VI, setembro 2000, pp. 1135-1177.
- _____. O jardim dentro da máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca. **Estudos Históricos**, vol. 1, nº 2, 1988, p. 276-298.
- KURY, Lorelai. Viajantes e naturalistas do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 16, supl.1, julho 2009, p. 59-77.
- LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1999.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- _____. Nação, região e geografia. In: Heizer, Alda; Videira, Antonio A. P. **Ciência, civilização e república nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2010.
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravagista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PRATT, Mary Louise. **Imperial eyes: travel, writing and transculturation**. Londres e Nova York: Routledge (1992). Traduzido para o espanhol em 1997, e para o português em 1999.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.